



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Direitos Geracionais

Serviço social no campo educacional: notas reflexivas acerca da atuação em escolas de educação básica

Carla Rosane Bressan¹
Kariny Roussenq Inácio²

Resumo

Trata-se de um estudo exploratório da inserção do assistente social em Santa Catarina, privilegiando à atuação em escolas de educação básica da grande Florianópolis – SC, vinculado ao projeto de pesquisa “*Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação*”. Ancorado no método crítico dialético, propõem-se analisar o Serviço Social no campo educacional voltando-se à apreensão das formas como se materializa a atuação destes profissionais. Aborda especificidades da atuação nos referidos espaços, apontando as possibilidades e limites da intervenção cotidiana a partir das entrevistas realizadas. Fundamentados na análise de conteúdo, explicita as interconexões entre a Política de Educação e o papel das escolas filantrópicas e possibilidades/desafios do exercício profissional.

Palavras-chave: Serviço social. Filantropia. Política educacional. Educação básica.

Abstract

This is an exploratory study of the insertion of the social worker in Santa Catarina, focusing on performance in basic education schools of Florianopolis - SC, linked to the research project "Social Work in education: professional actions of the social worker in politics education ". Anchored in critical dialectical method, propose to analyze social work in the educational field up returning to the arrest of the ways materializes the action of these professionals. Addresses specifics of performance in these areas, pointing out the possibilities and limits of daily intervention from the interviews. Based on content analysis, explains the interconnections between the Education Policy and the role of schools and philanthropic opportunities / challenges of professional practice.

Keywords: Social work. Philanthropy. Education policy. Basic education.

¹ Professora Adjunto no Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Introdução

O presente texto apresenta de forma sintética os dados coletados na pesquisa desenvolvida quando da elaboração da Monografia de Conclusão de Curso³ e que teve como finalidade analisar a atuação dos Assistentes Sociais na esfera filantrópica de educação dos municípios da grande Florianópolis – SC. Este consiste em um produto parcial do projeto de pesquisa “*Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação*”⁴, que se propõe caracterizar a inserção do assistente social na política de educação, uma vez que esta tem se tornado um espaço profícuo de intervenção profissional. Trata-se de um estudo exploratório sobre a inserção do assistente social em Santa Catarina, privilegiando a Educação Básica, nos seus diferentes níveis e modalidades.

Nas últimas décadas tem crescido significativamente a produção e reflexão a cerca da atuação do Serviço Social na área da Educação, particularmente em escolas públicas ou em outras instâncias da política educacional pública. Contudo, a presente análise teve como objetivo voltar-se para os Assistentes Sociais que atuam na esfera filantrópica de educação, devido a escassa atenção que é dada à este espaço sócio-ocupacional, a fim de analisar de que forma se materializa a atuação destes profissionais.

Embora o debate sobre Serviço Social na Educação tenha ganhado maior relevância nas últimas décadas, de acordo com o CFESS (2011), a atuação dos Assistentes Sociais na educação remonta os primórdios da profissão, tendo como marco inicial a década de 1930. Somente a partir da década de 1990, com a consolidação do projeto ético político profissional, que se pode perceber uma maior atuação do Serviço Social na Política Educacional. A partir deste período as intervenções do Assistente Social no âmbito educacional ampliaram-se e/ou renovaram-se, uma vez que a “escola” também é

³ Trabalho de Conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴ O projeto pesquisa foi aprovado pelo Programa de Apoio a Pesquisa - FUNPESQUISA/UFSC (Edital nº003/2011), iniciado em 2011, e vinculado ao Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente e Família (NECAD) e inserido na linha de pesquisa educação, cidadania e direitos. Também analisa a modalidade de Dissertações do Programa de Pós Graduação em Serviço Social dos últimos dez anos, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Projeto se encontra no desenvolvimento da segunda etapa, ou seja, análise de documentos institucionais definidores de programas e/ou projetos vinculados à política pública de educação básica em execução na rede pública estadual de educação (Secretarias de Estado da Educação) e, no âmbito municipal, dos municípios que compõem a região da Grande Florianópolis.

percebida como aparelho ideológico e, como tal necessário, “diálogo, o debate e a participação da família na escola, em razão dos ideais democráticos assumidos pelo serviço social reconceituado e crítico, tornaram-se referendos indispensáveis ao trabalho social”⁵ (AMARO, 2011, p.21).

Nesta perspectiva, a atuação do Serviço Social na Política de Educação, sobretudo concernente ao exercício profissional no âmbito escolar, não deve se limitar em apenas desenvolver ações estratégicas de garantia de acesso e permanência do aluno na escola, tampouco se restringir ao atendimento ao segmento estudantil e abordagens individuais, pois “a escola há muito tempo não é mais representada como o lugar neutro, dedicado exclusivamente à vivência do ensinar e do aprender” (AMARO, 2011, p.15), pelo contrário, atualmente a escola além de representar um local de convivência social, também é um local de conflito e contradições; um palco das chamadas expressão da “questão social”.

No entanto, vale ressaltar que, embora haja uma intensa luta pelo direito à educação, principalmente no que tange à democratização e valorização da educação pública, temos um número significativo de escolas privadas no país e que vem ampliando cada vez mais. E, não obstante, muitas destas escolas privadas desdobram-se numa outra categoria de educação, denominada de “Escolas Filantrópicas” ou “Entidades Filantrópicas de Educação”, a qual vem se tornando mais um espaço de atuação dos profissionais do Serviço Social.

Essa inserção do Serviço do Social nas escolas filantrópicas está diretamente articulada com a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, e pela lei 12.101 de 2009, ambas regulamentadas pelo Decreto 7.237 de 2010, uma vez que, para que a escola receba este Certificado de Filantropia, torna-se necessário o cumprimento de alguns requisitos previstos na respectiva lei, dentre os quais, encontra-

⁵ Não obstante, segundo o documento publicado pelo CFESS (2011), no ano de 2001 o tema sobre Serviço Social e Educação ganhou destaque no 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS e, além disso, foi criado um “Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação”, pelo CFESS, no mesmo ano. Nesse sentido, com a criação deste GT, foi possível realizar a elaboração de um documento que proporcionou a problematização da função social da escola, além de trazer para o debate central a “educação como um direito social”, tendo em vista também, a contribuição do Serviço Social na Política de Educação, visando a garantia do direito à mesma.

se a análise socioeconômica familiar, a qual constitui uma das competências do Assistente Social. Além disso, o profissional de Serviço Social também vem sendo requisitado para realização de estudo socioeconômico familiar, cuja finalidade neste espaço sócio-ocupacional, é o de viabilizar a concessão de bolsas de estudo para alunos de baixa renda. Com isso, a atuação do Serviço Social vem sendo requisitada em espaços filantrópicos de educação “por meio de implementação, monitoramento, avaliação e coordenação de Projetos Sociais, os quais possam atender às demandas inerentes ao público escolar” (SANTOS, 2012, p.14).

Desta maneira, a presente pesquisa possui como finalidade promover uma discussão a partir da análise da atuação do Serviço Social na área da educação, especificamente concernente à atuação dos Assistentes Sociais na esfera filantrópica de educação nos municípios da grande Florianópolis – SC.

Assim sendo, o presente artigo procura analisar também, a relação entre o terceiro setor, a filantropia e o Serviço Social, e como isso repercute nos espaços institucionais pesquisados. Nesse sentido, é evidente perceber que, nos tempos atuais, estamos vivenciando uma constante privatização do Estado, cujo processo é decorrente do sistema capitalista e da atual imposição do projeto neoliberal. Cada vez mais serviços públicos e direitos sociais – incluindo aqui a educação – estão sendo terceirizados e apropriados pelos setores privados, correspondendo à lógica do mercado.

Dessa forma, o que percebemos nesses últimos anos, sobretudo a partir do governo do FHC, é que, a partir da ideologia neoliberal, o desvio do fundo público para outros setores está cada vez mais corriqueiro, inclusive no que concerne à educação, uma vez que, aquelas entidades de educação, que são consideradas filantrópicas, retém recurso estatal a fim de garantir o acesso à educação de determinados segmentos populacionais, por meio da concessão de bolsa de estudo, sendo que o mesmo deveria ser utilizado em prol das escolas públicas brasileiras, como forma de qualificar as mesmas em todos os níveis.

1. Analisando a relação entre terceiro setor e filantropia e atuação do serviço social

A década de 1980 significou grandes avanços para a sociedade brasileira, sobretudo nas questões concernentes à educação. No entanto, estas conquistas, provenientes a partir da Constituição de 1988, duraram pouco tempo. Isso porque o período relativo ao pós-1970 foi marcado por uma intensa crise (de acumulação capitalista). A partir de então, emergiu como uma das estratégias da classe burguesa para enfrentamento desta crise, o chamado projeto neoliberal.

A ideologia neoliberal tem como pressuposto a redução de responsabilidades relativas ao trato da questão social por parte do Estado, transferindo-as para a sociedade civil em geral. Sendo assim, a introdução do ideário neoliberal provocou uma reforma do Estado, uma vez que, com a justificativa de que o Estado não estaria sendo eficaz e eficiente devido o modelo do *Welfare State*, introduziu-se a ideia de Estado Mínimo (mínimo para o social e máximo para o capital).

Diante disso, a justificativa do projeto neoliberal para o Estado mínimo é de que como o Estado não consegue absorver toda a demanda que lhe é imposta, com este novo modelo, ao passar o trato da questão social para a “sociedade civil”, as respostas seriam melhor atendidas. Assim, essa desresponsabilização do Estado perante a questão social “seria (supostamente) compensada pela ampliação de sistemas privados: mercantis (empresariais, lucrativos) e filantrópicos-voluntários (do chamado terceiro setor)” (MONTAÑO, 2007, p. 22).

Nesse sentido, compõem o chamado Terceiro Setor “(...) organizações não-governamentais (ONG’s), organizações sem fins lucrativos (OSFL), instituições filantrópicas, empresas ‘cidadãs’, entre outras – e sujeitos individuais – voluntários ou não” (MONTAÑO, 2002, p.14). E, nesse sentido, segundo Chiachio (2006), para a instituição que é reconhecida como filantrópica, é possibilitado o acesso à alguns benefícios, dentre eles, “imunidades, doações, cessões, subvenções e isenções, tendo sido a subvenção o primeiro mecanismo da relação do Estado com a filantropia” (idem, p.37).

Atraídos por essas inúmeras possibilidades de acessar recursos públicos ou ainda de “dispensar” então contribuições devidas que vemos reproduzida e ampliada essa lógica de certificações no País. Assim, em 23 de março de 1999, foi sancionada a Lei nº 9.790

que é conhecida como a “Lei do Terceiro Setor”, cuja mesma “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências” (BRASIL, 1999).

Concomitantemente, para contemplar as pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos que prestam serviço à assistência social, saúde e educação, foi criada a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, cujo primeiro decreto de Lei é datado em 16 de fevereiro de 1993⁶, onde as atribuições das instituições que recebessem a “Certificação de Entidades de Fins Filantrópicos⁷” seriam:

(...) proteger a família a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; amparar crianças e adolescentes carentes; promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadores de deficiência; promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde (BRASIL, 1993).

No entanto, somente em 2009 é sancionada lei que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, altera a Lei nº 8.742/93 e dá outras providências (lei vigente). Trata-se da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.237 de 2010.

Com isso, de acordo com esta Lei:

Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei (BRASIL, 2009, sem paginação).

Nesse sentido, segundo o CEBAS (2010), é atribuído aos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a atividade de supervisionar as entidades beneficentes certificadas e atentar para o cumprimento das

⁶ Inserido pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, a qual dispunha sobre a organização da Assistência Social e dava outras providências.

⁷ Porém, em 14 de dezembro de 2007 esta lei foi atualizada pelo Decreto nº 6.308, o qual assegurava às entidades e organizações de assistência social as seguintes características: “realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social (...); garantir a universalidade do atendimento (...) e ter finalidade pública e transparência nas suas ações” (BRASIL, 2007).

normas de certificação, para garantir que a isenção concedida seja revertida em prol da sociedade.

Com isso, esta pesquisa buscou analisar de que forma se materializa a atuação de Assistentes Sociais que trabalhem em entidades filantrópicas de educação dos municípios da grande Florianópolis. Identifica-se que comumente as ações se concentram em “análises socioeconômicas” voltadas para a concessão de bolsa de estudo para o aluno cuja renda per capita bruta familiar não ultrapassasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e alguns – esporádicos – encaminhamentos dessas famílias para a rede socioassistencial. Dessa forma, pesquisar e compreender a política educacional concomitante à atuação do Serviço Social no campo filantrópico foi o grande desafio, como vemos a seguir.

1.1 Delineando o percurso metodológico e principais elementos presentes na pesquisa

Esta pesquisa teve como fundamento o método crítico dialético, sendo a dialética “o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente contradição” (KONDER, 2009, *apud* FERREIRA, 2010, p. 49). Este método irá contribuir para trazer a discussão do Serviço Social na Educação para um debate voltado à compreensão dos campos socioassistenciais, além de conhecer a realidade sócio-ocupacional dos Assistentes Sociais que atuam em áreas filantrópicas de educação e perceber como se materializa a atuação dos mesmos nestes espaços.

Torna-se desafiador perceber as inter-relações e inter-conexões existentes entre a atual Política de Educação e o espaço ocupado pelas escolas filantrópicas. Espaços em que cresce o número de alunos bolsistas mantidos através do fundo público (retido nas instituições através da isenção de tributos e impostos), recurso que- em última instância deveria ser utilizado em prol das escolas públicas do país, que, ao contrário, é utilizado para alimentar um sistema cada vez mais seletivo e focalizado, banalizando o conceito de “direito à educação”.

Concomitantemente, o procedimento utilizado foi, em um primeiro momento, mapear as instituições privadas de educação dos municípios da grande Florianópolis. Posterior à isso, em contato com a gerência de informação da Secretaria Estadual de

Educação, foi solicitado a relação das escolas privadas, filantrópicas, comunitárias e confessionais dos municípios da grande Florianópolis.

Realizado o levantamento das instituições privadas, optou-se por selecionar aquelas entidades consideradas filantrópicas dos municípios de maior porte da grande Florianópolis, sendo eles: Palhoça, São José e Florianópolis, e que possuíam a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da educação, cuja confirmação de Certificação também se deu via site do CEBAS⁸.

Com isso, foram identificadas 08 (oito) instituições filantrópicas de educação nos municípios da grande Florianópolis, contudo, apenas 04 (quatro) Assistentes Sociais destas instituições responderam afirmativamente a disposição em participar da pesquisa, respondendo via e-mail o questionário que lhes foram enviados.

Sendo assim, foram realizadas entrevistas estruturadas⁹ com os respectivos Assistentes Sociais onde, de acordo com Chizzotti (2008) este tipo de entrevista consiste em uma espécie de comunicação entre pesquisador e pesquisado, em que “as informações colhidas sobre os fatos e opiniões devem constituir-se em indicadores de variáveis que se pretende explicar. É, pois, um diálogo preparado com objetivos definidos e uma estratégia de trabalho” (idem, p. 57).

Dessa forma, como forma de sistematização das informações, optou-se pelo método de análise de conteúdo, o qual é um procedimento cujo objetivo é compreender o conteúdo que abrange determinadas mensagens, permitindo ao pesquisador fazer inferências sobre os elementos presentes na comunicação. Ou seja, uma “técnica que se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida à um texto ou documento” (CHIZZOTTI, 2008, p. 98).

Vale ressaltar que tal pesquisa é resultado de um trabalho comprometido com os princípios ético-políticos da profissão, onde as entrevistas foram realizadas com o consentimento dos entrevistados, os quais participaram de forma voluntária, tendo suas

⁸ Disponível em <http://cebas.mec.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=52>
Acesso em: 10/10/2013

⁹ “A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados [...]. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, esse tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais” (GIL, 1994, p.117).

opiniões respeitadas e seus nomes mantidos em sigilo em favor de suas autonomias e direitos.

Tendo como referência a contribuição dos profissionais, norteados pelos fundamentos da análise de conteúdo, chegou-se à sistematização de três categorias principais, sendo elas:

- 1) a educação como direito social;
- 2) a política de educação e o Serviço Social;
- 3) a percepção das expressões da questão social no âmbito educacional.

Assim observou-se nas respostas dos entrevistados que, ao citarem a primeira categoria (educação enquanto direito social), concomitantemente foi associado à este conceito questões como o acesso e a permanência na escola, a qualidade do ensino e o exercício da cidadania, conforme pode ser percebido na fala a seguir:

A concepção de educação que melhor orienta o trabalho do Assistente Social em um ambiente escolar é a que encaminha suas ações para ampliação dos direitos sociais e usufruto desses direitos aos seus usuários, ou seja, alunos e família. É uma educação para o exercício ativo da cidadania (Assistente Social 03).

Sendo assim, para que se possa entender o real sentido da educação, é necessário percebê-la como um processo de formação efetivada na perspectiva de analisar a realidade na sua perspectiva de totalidade. Com isso, a afirmativa anterior corrobora com o que nos indica Mészáros (2008), quando pontua que as práticas educacionais devem permitir que os alunos e os educadores trabalhem pela “construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado” (p. 12).

Nesta perspectiva, para que tenhamos uma educação de caráter emancipatório, necessariamente devemos ter uma educação de qualidade e, a qualidade aqui, deve ser compreendida no seu conceito político, ou seja, a noção de qualidade deve estar “estritamente vinculada ao combate às desigualdades, às dominações e às injustiças de qualquer tipo” (SILVA, 1999, p. 170). Ou seja, a educação deve ser compreendida como uma forma indispensável de mobilização e/ou luta social em prol de uma nova ordem societária.

Não obstante, a categoria 02 – que corresponde à Política de Educação e Serviço Social, nos-remete ao que foi abordado anteriormente, que embora ainda se pense que o debate sobre a educação no Serviço Social seja recente, sabemos que esta temática encontra-se presente no âmbito profissional desde os primórdios da profissão.

No entanto, a partir do que foi relatado, percebeu-se que a política de educação como campo de atuação profissional dos Assistentes Sociais de escolas filantrópicas dos municípios da grande Florianópolis ainda se encontra bastante tímida, restringindo-se às questões relacionadas ao estudo socioeconômico familiar. Isto é, tomando como base o documento publicado pelo CFESS (2013) – o qual pontua que a atuação do Assistente Social no âmbito educacional “não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras a educação [...]” (p.38) –, e as considerações feitas pelos Assistentes Sociais entrevistados, notou-se que o Serviço Social na Educação Filantrópica é ainda uma atuação que necessita ser amadurecida, pois os/as entrevistados/as demonstraram que atendem apenas uma demanda específica, a presença de um trabalho multiprofissional é quase nula, não há efetiva articulação com as demais políticas públicas, tampouco encaminhamentos realizados para a rede socioassistencial.

Podemos perceber essas questões, por exemplo, a partir das respostas dadas pelos Assistentes Sociais 01 e 02, respectivamente, quando perguntados se compunham a equipe interdisciplinar/multiprofissional da instituição:

O Serviço Social no Colégio iniciou este ano, por isso não podemos relatar tais experiências tão concretas (Assistente Social 01).

Não dá para dizer que tenhamos ainda uma atuação de equipe, pois [...] a estrutura é muito estanque e o diálogo intersetorial pouco incentivado ou valorizado (Assistente Social 02).

Nesta perspectiva, a falta da materialização de um trabalho interdisciplinar mais efetivo, repercute na limitação do trabalho profissional do Assistente Social das escolas pesquisadas, fazendo, muitas vezes, com que a educação não seja compreendida no seu sentido de totalidade pelos demais profissionais, justamente por essa ausência do Serviço Social nos espaços privilegiados.

Diante disso, ainda no que tange à Política de Educação como um campo de trabalho para o Serviço Social, o documento do conjunto norteador para essa área

(CFESS, 2013) indica que as competências específicas do Assistente Social devem ser articuladas com “as diversas dimensões da atuação profissional” (p.50), dentre elas, a dimensão pedagógica e socializadora, essencialmente no que concerne ao campo dos direitos, das políticas sociais, da rede de serviços, entre outros. Contudo analisando as entrevistas, constatou-se que a articulação do Serviço Social as escolas pesquisadas com a rede socioassistencial apresenta-se de forma pontual e esporádica.

No entanto, embora relatem que a articulação com outros setores institucionais, com as políticas públicas e com a rede socioassistencial ainda se efetive de maneira tímida, os Assistentes Sociais entrevistados reconhecem que a escola se concretiza como um grande palco das expressões da questão social, o que constitui a terceira categoria de análise desta pesquisa, como pode ser percebido na fala do/a seguinte entrevistado/a:

Os profissionais do Serviço Social estão cotidianamente em contato direto com as novas demandas do cotidiano, como a evasão escolar, repetência, conflitos familiares, indisciplina, separação, desemprego. O que os obriga a se qualificarem continuamente, tendo em vista o acúmulo de informações sobre a realidade para o acompanhamento e enfrentamento das expressões da questão social [...] (Assistente Social 03).

O documento publicado pelo CFESS (2001) também pontua que uma das contribuições do Serviço Social no âmbito escolar “consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determina os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto [...]” (p. 12). Estes fatores sociais nada mais são do que as expressões da questão social, as quais estão alheias ao âmbito escolar.

Entretanto, embora a questão social e/ou as expressões da questão social sejam o objeto de intervenção do Serviço Social, percebeu-se com esta pesquisa que os Assistentes Sociais das escolas filantrópicas dos municípios da grande Florianópolis são levados a desenvolver um trabalho de maneira “imediatista” e submetendo suas atuações à procedimentos burocráticos, como podemos perceber na fala a seguir:

[...] ainda estamos muito restritos ao trabalho burocrático de estudo socioeconômico das famílias, porém o que observo é que existe uma demanda muito grande para o Serviço Social, de um trabalho que até então era desenvolvido pelas Irmãs da Consagração, portanto também temos muitos desafios (Assistente Social 04).

Isso repercute, então, na efetivação de ações profissionais reduzidas à atuações meramente instrumentais, interferindo diretamente no trabalho que poderia estar sendo

desenvolvido pelo Assistente Social. O que reafirma, mais uma vez, a maior concentração na realização de trabalhos essencialmente burocráticos.

Ao longo da pesquisa constata-se que, apesar dos profissionais apresentarem uma “concepção crítica de educação” - percebida como um direito social, voltado para uma formação emancipatória e de cidadania, quase não realizam ações para além da concessão da bolsa de estudo, a fim de viabilizar melhores condições de permanência e qualidade no ensino. Essa postura (por muitas vezes até cômoda) é justificada, também, pelas condições e sobrecarga de trabalho, inclui-se aqui a realização cotidiana das análises socioeconômicas, entremeados ainda pelas ações de “gestão da filantropia” impossibilitando aos profissionais a realizarem outras atividades.

Considerações Finais

Este trabalho procurou responder ao seguinte problema de pesquisa: *De que forma se materializa a atuação do Serviço Social nas Escolas Filantrópicas?* Para isso, buscou-se apoio teórico nos principais autores relacionados à Política de Educação e concernente ao Serviço Social na Educação.

Tendo como referência os objetivos anteriormente indicados pode-se inferir que, embora os Assistentes Sociais das Escolas Filantrópicas dos municípios da grande Florianópolis tenham uma concepção crítica sobre a educação, suas atuações encontram-se concentradas nos procedimentos organizacionais que envolvem o processo de atribuição e gestão da bolsa de estudos, fazendo com que atuem mais voltadas à respostas das necessidades imediatas, de modo que o profissional atuasse como se estivessem “apagando fogo” (COELHO, 2008). Isto é, estão tão condicionados e/ou sobrecarregados à uma determinada função que, muitas vezes, impossibilita haver um outro fazer. Segundo Simionato (2009), essas ações imediatistas do Serviço Social, se forem reduzidas a sua forma de atuação constituem “um foco aberto para o fortalecimento do empirismo, do pragmatismo, do voluntarismo e do conservadorismo, da fragmentação entre teoria e prática [...]” (p.18).

Porém, se faz necessário pontuar nesse momento que não se trata de “esquecer” ou “desconsiderar” que atuação profissional também encontra-se subordinada aos interesses das instituições para as quais prestam seus serviços, essencialmente pelo fato

de se tratarem de instituições religiosas, que possuem uma perceptível hierarquia e, sobretudo, conservadorismo arraigados. Contudo é de fundamental importância reafirmar a necessidade da construção de um caminho pautado em um posicionamento acerca da autonomia profissional, dos compromissos historicamente assumidos pelo conjunto da categoria profissional.

Finalmente, é necessário que os profissionais percebam a importância de promover maior articulação das demandas presentes nas instituições com as demais políticas públicas e, concomitantemente, lutar por um maior espaço institucional, buscando pela nossa efetiva representatividade em grupos interdisciplinares, a fim de ampliar a participação nos processos de formação e contribuir na qualidade dos serviços prestados.

Referências

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: Bases para o trabalho profissional**. Florianópolis. Ed da UFSC. 2011.

BRASIL, **Decreto nº 752 de 16 de fevereiro de 1993**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D752.htm>. Acesso em: 06 out. 2013.

_____. Decreto nº 6.308 de 14 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6308.htm> Acesso em: 06 out. 2013.

_____. Lei nº **8.662**, de 07 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 17 jun.2013

_____. **Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm>. Acesso em: 10 set. 2013

_____. **Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 10 set. 2013

_____. **Lei nº 12.101** de 27 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm>. Acesso em: 22 maio 2013

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 16 ago.2013

BRESSAN, C. R. . Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação. In: XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2012, Juiz de Fora/MG. Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2012.

_____. A inserção do assistente social no âmbito da educação básica: desafios enfrentados em programas de educação complementar. In: ENCONTRO REGIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ERPSS), 1., 2012. Anais... Florianópolis, 2012.

CEBAS. Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social. 2010. Disponível em: <<http://cebas.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

CFESS. Grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. 2011. Disponível em <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>> Acesso em 22/05/2013

_____. Grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. **Serviço Social na educação**. 2011. Disponível em <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)> Acesso em 22/05/2013.

_____. Grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de educação**. 2013. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em 12/08/2013.

CHIACHIO, Neiri Bruno. **Caráter público da gestão governamental com organizações sem fins lucrativos: o caso da Assistência Social**. PUC. São Paulo. 2006

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

INÁCIO, Kariny Roussenq. **Serviço Social na Educação: A atuação dos (as) Assistentes Sociais nas escolas filantrópicas dos municípios da Grande Florianópolis – SC**. Florianópolis, 2013.

MÉSZÁROS, Istaván. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, R. M. F. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. In: *Serv. Soc. Soc.* Nº.104 São Paulo. 2010 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400002>. Acesso em: 06 out. 2013.

SANTOS, André Michel dos. Serviço Social na Educação: Reflexões acerca das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar. In: SERVIÇO Social na Educação: perspectivas e possibilidades. Porto Alegre: CMC: 2012.

SIMIONATO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009, p. 87-106